

✓ Sentidos da participação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): fragmentos de uma avaliação em profundidade.

Renan Moreira Nogueira

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Márcio de Souza Porto

Universidade Federal do Ceará (UFC),
Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC)

Resumo: Este artigo é derivado de uma dissertação no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC). Ele apresenta fragmentos dos resultados obtidos e debate as possibilidades e desafios ao utilizar abordagens heterodoxas de avaliação, distintas do que é predominante no campo em desenvolvimento. A pesquisa qualitativa busca compreender os sentidos institucionais da participação no PDDE, através de análise documental e entrevistas com burocratas do FNDE. Os resultados revelam a percepção dos participantes como parte da luta pela manutenção do programa, que enfrentou resistência. O PDDE estabeleceu uma ampla rede de comunicação entre o Governo Federal e as escolas, conferindo mais poder a elas no financiamento, porém a gestão ainda foca na dimensão socioeconômica, negligenciando a política. A participação continua ligada à característica institucional, vista como horizonte, embora não seja tratada como prioridade nos dados analisados

Palavras-chave: PDDE; participação; avaliação em profundidade

EN *The meanings of participation in the Direct Money to Schools Program (PDDE): fragments of an in-depth evaluation.*

Abstract: This article stems from a dissertation defended in the Master's in Public Policy Evaluation at the Federal University of Ceara (MAPP/UFC). It presents fragments of the obtained results and discusses the possibilities and challenges when using heterodox evaluation approaches, different from what is perceived as dominant in the evolving field. The qualitative research aims to understand the institutional meanings of participation in the PDDE through document analysis and in-depth interviews with mid-level bureaucrats from the National Fund for Education Development (FNDE). The findings demonstrate participants' perception of being part of the struggle to maintain the program, which faced resistance. The PDDE successfully established a broad communication network between the Federal Government and basic schools, granting more power to schools in financing, yet the program's management still focuses on the socio-economic dimension, overshadowing its political aspect. Participation remains tied to institutional characteristics, seen as a horizon, although not specifically treated as a priority in the analyzed data.

Key-words: PDDE; participation; in-depth evaluation.

ES *Los significados de la participación en el Programa Dinero Directo a las Escuelas (PDDE): fragmentos de una evaluación en profundidad*

Resumen: Este artículo se deriva de una disertación defendida en la Maestría en Evaluación de Políticas Públicas de la Universidad Federal de Ceará (MAPP/UFC). Presenta fragmentos de los resultados obtenidos y analiza las posibilidades y desafíos al utilizar enfoques heterodoxos de evaluación, diferentes de lo predominante en el campo en desarrollo. La investigación cualitativa busca comprender los significados institucionales de la participación en el PDDE a través del análisis documental y entrevistas en profundidad con burócratas de rango medio del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE). Los hallazgos muestran la percepción de los participantes como parte de la lucha por mantener el programa, que enfrentó resistencia. El PDDE estableció con éxito una amplia red de comunicación entre el Gobierno Federal y las escuelas básicas, otorgando más poder a las escuelas en la financiación, aunque la gestión del programa aún se centra en la dimensión socioeconómica, dejando de lado su aspecto político. La participación sigue ligada a las características institucionales, vista como horizonte, aunque no sea tratada específicamente como una prioridad en los datos analizados.

Palabras-clave: PDDE; participación; evaluación en profundidad

FR *Les sens de la participation au Programme d'Argent Direct aux Écoles (PDDE) : fragments d'une évaluation approfondie*

Résumé: Cet article découle d'une dissertation soutenue dans le cadre du Master en Évaluation des Politiques Publiques à l'Université Fédérale du Ceará (MAPP/UFC). Il présente des fragments des résultats obtenus et aborde les possibilités et les défis lors de l'utilisation d'approches d'évaluation hétérodoxes, différentes de ce qui prédomine dans le domaine en évolution. La recherche qualitative vise à comprendre les significations institutionnelles de la participation au PDDE à travers l'analyse documentaire et des entretiens approfondis avec des bureaucrates de niveau moyen du Fonds National de Développement de l'Éducation (FNDE). Les résultats montrent que les participants se perçoivent comme faisant partie de la lutte pour maintenir le programme, qui a rencontré de la résistance. Le PDDE a réussi à établir un vaste réseau de communication entre le gouvernement fédéral et les écoles primaires, donnant ainsi plus de pouvoir aux écoles dans le financement, bien que la gestion du programme se concentre encore sur la dimension socio-économique, occultant son aspect politique. La participation reste liée aux caractéristiques institutionnelles, considérée comme un horizon, bien qu'elle ne soit pas spécifiquement traitée comme une priorité dans les données analysées.

Mots-clés: PDDE; participation; évaluation approfondie

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, OBJETIVO E METODOLOGIA

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi proposto em 1995 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Como percebe-se na documentação analisada (BRASIL, 2001), havia um diagnóstico de ineficiência das burocracias locais em fazer o recurso financeiro chegar às escolas, especialmente para realização de pequenos gastos. O FNDE, com a competência de prestar assistência técnica e financeira aos entes federados, propõe um mecanismo de repasse diretamente às escolas. Por competência, entretanto, cabe aos municípios e estados administrar as escolas das redes municipais e estaduais, o que fez com que o programa exigisse a abertura de uma pessoa jurídica privada na escola, institucionalizando o que, historicamente, era comum a exemplo de rifas, caixa escolar, e outras formas de arrecadação pela comunidade escolar.

A partir da análise documental realizada na pesquisa, foi possível observar que o material do programa passou a trazer novas intencionalidades a partir dos anos 2006, como “dotar as escolas de autonomia financeira” ou mesmo “incentivar a participação da comunidade na gestão” e “consolidar a escola democrática”. Nesse aspecto, a pesquisa em tela foi desenvolvida para compreender sentidos da participação, em um contexto de racionalidade neoliberal (BROWN, 2017; DARDOT e LAVAL, 2016) e crises da democracia institucional (AVRITZER, 2019; TATAGIBA, 2021), através de análise documental, revisão de literatura e entrevistas em profundidade com burocratas de médio escalão do FNDE.

Por se tratar de pesquisa avaliativa, uma das discussões fundamentais foi justamente como avaliar políticas públicas sociais. Entende-se que a avaliação de políticas públicas ganhou força, no Brasil, no início dos anos 1990, como uma alavanca e uma condição do projeto reformador (DE FARIA, 2005). Se uma das finalidades vitais para aquele conceito de Estado era a eficiência, valorada em uma nova gramática fiscalista (OLIVEIRA, 2019) e, em um contexto de consolidação do projeto neoliberal (HARVEY, 2005), avaliar era, essencialmente, mensurar os resultados dos recursos investidos (RODRIGUES, 2008), em uma lógica gerencial.

A avaliação assim percebida privilegia seu aspecto instrumental e técnico (BOULLOSA et al., 2021), movendo um ferramental sofisticado de modelagens, pesquisas randomizadas, quase-experimentos, construção de indicadores, particularmente fomentada por guias e manuais ou mesmo por consultorias prestadas por organismos internacionais (RODRIGUES, 2008).

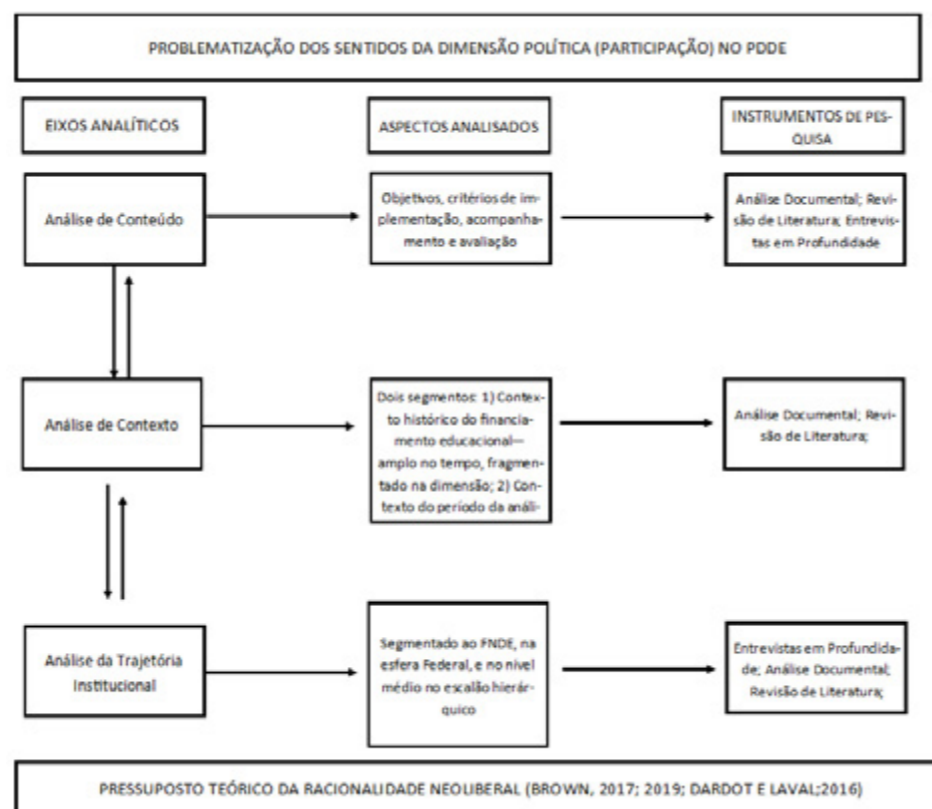
Em sentido ampliado e diverso, tratando a avaliação como um campo de produção de conhecimento em construção e disputas, a pesquisa avaliativa produzida esteve posicionada em uma agenda pretensamente contra-hegemônica (GUSSI, 2019), com uma abordagem avaliativa escolhida, por compatibilidade axiológica e filiação epistêmica com seu objeto: a avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008; 2019).

Ao tentar desenvolver uma avaliação em profundidade em uma pesquisa de mestrado, diversos desafios surgem, sendo necessárias escolhas metodológicas, limitadoras da perspectiva avaliativa, especialmente, quando se está falando de tempo e de equipe diminutas, enquanto o ideal seria contar com uma equipe multidisciplinar ao longo de um tempo maior para compreender profundamente a política.

Em termos práticos, essas escolhas reduziram o olhar para um *locus* específico, o FNDE, e para seus burocratas de médio escalão (LOTTA; PIRES; OLIVEIRA, 2014), em um desenho avaliativo que foi desenvolvido em torno de três eixos: conteúdo, contexto, trajetória institucional.

No entanto, sem desconsiderar os desafios impostos ao pesquisador, a abordagem avaliativa utilizada permitiu buscar sentidos do PDDE que são, por vezes, desconsiderados em avaliações tradicionais ou tratados como dados secundários, por não estarem atrelados a objetivos explícitos na teoria do programa ou do que se tem como teoria da mudança a partir das diretrizes traçadas inicialmente no âmbito da política. A avaliação realizada nessa pesquisa, portanto, procurou questionar a própria razão de ser do PDDE, identificando, a partir de intersubjetividades específicas, ainda que limitadas, sentidos diversos da aparência programática.

Figura 1 - Eixos de análise da avaliação da participação no PDDE



Fonte: (NOGUEIRA, 2022)

ANÁLISE E SÍNTESE DOS RESULTADOS

No artigo inicial sobre a avaliação em profundidade de políticas públicas sociais, Rodrigues (2008) estabelece tópicos essenciais para a avaliação em profundidade: a (1) análise de conteúdo; (2) análise de contexto da formulação da política; (3) trajetória institucional de um programa; e (4) espectro temporal e territorial da política (RODRIGUES, 2008, p. 12).

Um dos desafios encontrados na pesquisa avaliativa, em uma dinâmica de produção de dissertação, é justamente como operacionalizar os dados necessários para cada tópico, de acordo com o objeto da pesquisa e em sintonia com as habilidades e disponibilidades do pesquisador.

A “análise de conteúdo”, por exemplo, pode compreender a investigação de “material institucional em forma de leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, fichas de acompanhamento, dados estatísticos e outros” (RODRIGUES, 2008, p. 11). Entretanto, Rodrigues (2019) destaca a necessidade, identificada nas pesquisas conduzidas pelo MAPP, de incorporar entrevistas com indivíduos que desempenharam um papel durante a formulação da política:

A compreensão dos fundamentos conceituais de uma política ou programa se fortalece quando, além do material institucional, o pesquisador incorpora entrevistas com os participantes do processo de formulação da política em suas diversas etapas (RODRIGUES, 2019, p. 189).

Nesse sentido, o *locus* desta pesquisa permitiu que as entrevistas em profundidade trouxessem dados para a análise de conteúdo, utilizando-se das entrevistas para compreender, também, objetivos, critérios, dinâmica de acompanhamento e avaliação, paradigmas, concepção e valores centrais do PDDE.

Os dados permitiram analisar de forma cruzada o objetivo declarado do PDDE de suplementar financeiramente as escolas para contribuir com a qualidade física e pedagógica do ensino com a percepção dos entrevistados de que não haveria o PDDE sem que houvesse participação da escola. Isso permitiu concluir que o PDDE busca primariamente a autonomia financeira das escolas e, nesse sentido, seu recurso é insuficiente. Além disso, o peso da prestação de contas, do medo de errar dos gestores escolares, como apontado nas entrevistas e na revisão de literatura, nessa lógica fiscalista, dificulta a plena autonomia. Como uma das entrevistadas afirmou, o PDDE poderia ser uma espécie de Bolsa Família das escolas, empoderando grupos que são excluídos. A autonomia é uma dimensão da participação, autopromoção, mas, confunde-se com a ideia de que as escolas estão individualmente submetidas à lógica de vencedores e perdedores. A participação social na escola precisa incluir mais e enfrentar questões de extensão e igualdade.

Na análise de contexto, houve um ajuste em relação a Rodrigues (2008), dividindo-se em duas partes: i) análise histórica do financiamento educacional; ii) análise do contexto político, econômico e social de 2016 a 2020 para apreender seus modelos e interações com redesenhos do programa.

Rodrigues (2019) enfatizou a importância de compreender o contexto de elaboração de políticas, considerando o marco legal, suas transformações e os cenários que acompanham essas mudanças, e também de expandir essa compreensão para visualizar a política como “parte de um conjunto de ações que expressa, de uma forma mais abrangente, modos particulares de conceber a política, em seu sentido” (RODRIGUES, 2019, p. 191).

Essa abordagem sugere que a análise do contexto da formulação do PDDE, por exemplo, poderia ser feita considerando os modelos políticos, sociais e econômicos da década de 1990, bem como as reformas subsequentes e as alterações nos textos legislativos do programa. No entanto, esse aspecto gerou uma dúvida na pesquisa de como justificar a produção de conhecimento sobre o financiamento em educação sem referenciar, mesmo que brevemente, que os problemas e modelos que influenciaram a concepção do PDDE estão inseridos em um contexto histórico mais amplo de desafios persistentes.

Assim, foi decidido dividir a análise de contexto em duas partes distintas: uma de natureza histórica, abrangente em termos temporais, mas focada no financiamento da educação básica pública, e outra mais restrita temporalmente (2019-2021), porém ampla em termos sociais, econômicos e políticos.

Na primeira parte, buscou-se retroceder no tempo, utilizando a historiografia como um elemento teórico fundamental para construir a análise de contexto. O objetivo foi traçar um panorama dos períodos históricos da educação brasileira, com ênfase no financiamento público para a educação básica, revisitando interpretações anteriores à formulação do PDDE.

Na primeira parte, analisou-se as dificuldades persistentes de financiamento educacional. Desde a educação iniciada pelos jesuítas aos anos 1990 o que se percebe na literatura pesquisada são as dificuldades permanentes no financiamento da educação pública, muito em parte por conta dos vetores opostos entre educação privada e educação pública.

Importante destacar que o ponto central dessa análise histórica foi a década de 1930, percebida como um marco analítico essencial, não apenas por ter sido o início de grandes reformas educacionais, como a reforma Francisco Campos e, posteriormente, na década de 1940, a reforma Capanema, mas também por ter marcado de forma

duradoura a história nacional, tanto do ponto de vista político, social quanto econômico.

Do ponto de vista específico do financiamento da educação, foi possível apontar uma relação de pêndulo democrático e vínculo dos recursos à educação, conforme demonstra a Tabela 1. Surge um novo momento do financiamento a partir das políticas de fundo (VIEIRA; VIDAL, 2015), na década de 1990, influência de políticas econômicas neoliberais, precariedade e qualidade da educação, especialmente no ensino fundamental, como um problema a ser enfrentado. Nesse contexto, são perceptíveis as dificuldades burocráticas de repasse, dentro do qual se inicia a agenda por soluções como o PDDE.

Tabela 1 - Pêndulo da vinculação de receitas nas Constituições Brasileiras

CONSTITUIÇÕES	VINCULAÇÃO DE RECEITAS	PERCENTUAIS
1934	Inserida pela primeira vez (art.156)	União/Mun.: 10% Est./DF: 20%
1937 - DITADURA	Suprimida	-
1946	Retorna, aumentando o percentual dos municípios (art.169)	União: 10% Mun./Est./DF: 20%
1967 - DITADURA	Suprimida	-
EC Nº 1 DE 1969	Retorna para Municípios (art.15, §3º, f)	Mun.: 20% da receita tributária municipal
EMENDA CALMON DE 1983	Reestabelecida (art. 176)	União: 13% Mun./Est./DF: 25%
1988	Ampliada para a União (art.212)	União: 18% Mun./Est./DF: 25%

Fonte: (NOGUEIRA, 2022)

Na segunda parte da análise de contexto, foram abordadas as crises discursivas e práticas da democracia no período de 2019 a 2021 que influenciaram o ambiente institucional, embora os entrevistados

tenham minimizado o impacto em suas respostas. Na percepção dos sujeitos, o PDDE está institucionalizado, como política de Estado, e essa é uma resposta a tentativas de mudanças por parte de governos.

Quanto à trajetória institucional, a pesquisa tentou reconstruir parte da trajetória do PDDE para investigar a coesão ou dispersão do programa ao longo de seu percurso nas estruturas institucionais. Segundo Gussi (2008), influenciado pela ideia de trajetória de Pierre Bourdieu, o programa analisado “não possui uma direção única e está sujeito a reinterpretções, conforme seus diferentes posicionamentos nos diversos espaços institucionais que atravessa, ou seja, de acordo com suas mudanças na instituição” (GUSSI, 2008, p. 34).

O percurso do PDDE envolve várias organizações, níveis hierárquicos e agentes. Entretanto, a pesquisa concentrou-se no FNDE, examinando a jornada do programa dentro daquela autarquia, por meio de análise documental e entrevistas com Burocratas de Médio Escalão (BME). Essa abordagem representa uma parte do eixo analítico detalhado por Rodrigues (2008; 2011). Contudo, como a autora destaca, a Avaliação em Profundidade é aplicada de maneiras diversas em pesquisas de longo prazo, conduzidas por equipes amplas e multidisciplinares, e em pesquisas de curto prazo, individuais, como aquelas realizadas para uma dissertação (RODRIGUES, 2011).

Considerando essa limitação explícita, diante de um programa de alcance amplo, com quase 27 anos de implementação e diversas reformulações, abrangendo cerca de 121 mil escolas (FNDE, 2021) e interagindo com 5.568 secretarias municipais e 27 secretarias estaduais em uma extensão territorial de 8 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, incorporando diferentes realidades regionais e locais, a pesquisa avaliativa apenas pôde abranger parcialmente as organizações e os agentes envolvidos na política.

Assim, em consonância com o recorte e o problema de pesquisa, a opção foi concentrar os esforços em uma instituição e em um dos níveis hierárquicos de maneira mais aprofundada, conforme apresentado na Tabela 2.

Entende-se que isso contribuiu para formar um corpo de pesquisa que buscasse complementar outras investigações sobre o PDDE, visando a construção de um conjunto de conhecimento avaliativo abrangente sobre o programa.

Esfera	Instituições	Sujeitos
Federal	Presidência da República	Presidente
	Congresso Nacional	Parlamentares
		Consultores e Assessores
	MEC	Ministro
		Secretários
		Coordenadores
		Chefes de Divisão
		Servidores
	FNDE	Presidente
		Diretores
		Coordenadores
Chefes de Divisão		
Estadual e Municipal	Secretarias de Educação	Secretários
		Coordenadores
		Chefes de Divisão ou similar
		Servidores
	Escolas	Diretores
		Apoio à gestão
		Presidente da UEX
		Presidente do CE
		Professores
		Funcionários
		Alunos
Comunidade Escolar		

Fez-se uma análise do PDDE ao longo das vias institucionais no FNDE, com o objetivo de compreender os sentidos percebidos pelos sujeitos em relação aos objetivos do programa e seus desenhos e dinâmicas de implementação.

O que se concluiu é que os conceitos não são estanques, se misturam entre sentimentos e sentidos dados pelos atores que fazem da política a construção de sua própria trajetória. O PDDE, também, é um espaço de trabalho e, assim sendo, é a construção de biografias pautada por valores públicos e privados dos sujeitos. Os dados são mais uma evidência da inexistência de dicotomia entre técnica e política, sendo os gestores parte de uma luta técnico-política frente a outras restrições técnicas e políticas que enfrentam.

A participação como conceito é fluida entre os entrevistados, sem muitas caracterizações específicas sobre a qualidade dessa participação. Ela é um horizonte, uma cultura a se construir, mas não se apresenta como prioridade do trabalho desempenhado pelos executores do programa.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo principal apresentar fragmentos da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC), desenvolvida entre 2019 e 2022, para discutir os desafios de se utilizar abordagens heterodoxas, especialmente em um nível de pesquisa com tempo e recursos limitados.

Os tópicos essenciais da avaliação em profundidade apresentam desafios teórico-metodológicos ao pesquisador, os quais demandam decisões operacionais e adequadas ao objeto de pesquisa. No decorrer da avaliação do PDDE, questões específicas em relação ao uso das entrevistas em profundidade para complementar a análise de conteúdo ou de realizar um corte mais amplo e segmentado ao campo da educação em parte da análise de contexto são exemplos de desafios encontrados e que foram fundamentados na dissertação.

A redução do locus ao FNDE e aos burocratas de médio escalão, ainda que limitada em relação a ampla rede do programa, possibilitou um mergulho em subjetividades, muitas vezes, deixadas de lado em avaliações e análise de políticas sociais. O resultado foi trazer a partir da análise interdependente de conteúdo, instituição e contexto as vozes desses gestores que tomam o PDDE como parte importante de suas próprias biografias, que demonstram um discurso de lutas, assim como sentidos diversos sobre o que significa a participação social no programa, que ainda é centrado em sua dimensão socioeconômica, deixando o aspecto político como um horizonte vago a ser buscado.

A pesquisa tentou explicitar todas as escolhas teórico-metodológicas, a abordagem utilizada, como se deu o desenho da avaliação e a forma com que se imbricam os conceitos teóricos e os dados empíricos coletados. A heterodoxia avaliativa, ou contra-hegemonia, como se pretende a programática de pesquisa em torno da avaliação em profundidade, não se compatibiliza com rigidez de epistêmica, mas se beneficia da busca por debates e por críticas das escolhas feitas na operacionalização das pesquisas avaliativas. A pesquisa em tela tentou deixar as pinceladas aparentes, inclusive as diversas dificuldades e lacunas, para que, a partir da crítica, se possa avançar e conseguir,

de forma efetiva, desafiar as estruturas tradicionais da avaliação de políticas públicas.

Quadro 1 - Síntese dos resultados

Tópicos Essenciais da Avaliação	Categorias analisadas	Resultados
Análise de Conteúdo	Análise dos objetivos, critérios, dinâmica de implementação, acompanhamento e avaliação, em busca de suas bases paradigmáticas, concepção e valores centrais do PDDE.	O objetivo declarado do PDDE é disponibilizar recurso suplementar para as escolas de forma a contribuir com a qualidade física e pedagógica do ensino. Diante da forma como foi concebido, no entanto, não haveria o PDDE, mesmo como mecanismo, sem que houvesse a participação da escola, na lógica de descentralização no contexto da reforma administrativa da década de 1990. Com a Análise Textual Discursiva dos materiais institucionais, legislação e entrevistas, conclui-se que o objetivo do PDDE é dar autonomia financeira às escolas e nesse sentido, o objetivo do PDDE ainda não está sendo cumprido plenamente, pois seu recurso é insuficiente. É preciso mais recurso para garantir mais autonomia. Além disso o peso da prestação de contas, do medo de errar dos gestores escolares, como apontado nas entrevistas e na revisão de literatura, nessa lógica fiscalista, dificulta a plena autonomia. Como uma das entrevistadas afirmou, o PDDE poderia ser o Bolsa Família das escolas. Isso poderia empoderar, de forma mais efetiva, grupos que são excluídos pelo receio da prestação de contas. A autonomia é uma dimensão da participação, a autopromoção, mas, pode se confundir com a ideia de que as escolas estão individualmente submetidas a uma lógica de vencedores e perdedores. A escola que sabe gerenciar, sobrevive. A que não, perece, por sua culpa, já que os recursos são os mesmos. A participação social na escola precisa incluir mais, enfrentar questões de extensão (maior número de atores envolvidos), igualdade (racial, de gênero, social),
Análise de Contexto	Divisão em duas partes a) análise histórica do financiamento educacional; b) análise do contexto social, econômico e político de 2016 a 2020 para apreender seus modelos e interações com os desenhos e redesenhos do programa	Da água benta (jesuítas) à aguardente (taxação para o subsídio literário) o que encontramos foram dificuldade perenes (ou perenizadas) de financiamento educacional. Vetores opostos entre educação privada e educação pública. Pêndulo democrático e vínculo dos recursos à educação. Um novo momento do financiamento a partir das políticas de fundo, influência de políticas econômicas neoliberais, precariedade e qualidade da educação, especialmente no ensino fundamental, como um problema a ser enfrentado. Dificuldades burocráticas de repasse. Crises discursivas e práticas da democracia no período de 2019 a 2021 influenciam o ambiente institucional, embora os entrevistados minimizem o impacto em suas respostas. Na percepção dos sujeitos, o PDDE está institucionalizado, como política de Estado, e essa é uma resposta a tentativas de mudanças por parte de governos.
Trajectoria Institucional	Análise do PDDE ao longo das vias institucionais no FNDE, com o objetivo de compreender os sentidos percebidos pelos sujeitos em relação aos objetivos do programa e seus desenhos e dinâmicas de implementação.	Os conceitos não são estanques, se misturam entre sentimentos e sentidos dados pelos atores que fazem da política a construção de sua própria trajetória. É um espaço de trabalho, assim sendo, é a construção de biografias e é também a luta pautada por valores públicos e privados dos sujeitos. Os dados gerados nas entrevistas são uma comprovação da inexistência de dicotomia entre técnica e política, embora não tão percebida, sendo os gestores parte de uma luta técnica e política frente a outras restrições técnicas e políticas que enfrentam. Em alguns espaços o objetivo do PDDE é a qualidade da educação, em outros é a autonomia da escola. A participação como conceito é fluida entre os entrevistados, sem muitas caracterizações específicas sobre a qualidade dessa participação. Ela é um horizonte, uma cultura a se construir, mas não parece o foco do trabalho desempenhado pelos executores do programa.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2019. 208 p.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; OLIVEIRA, Breyner Ricardo De; ARAÚJO, Edgilson Tavares De; GUSS, Alcides Fernando. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e100521, 2021. DOI: 10.4322/rbaval202110005. Disponível em: <https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202110005>.

BRASIL. Exposição de Motivos nº 156 de 27 de novembro de 1998. **Anais da Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 09 outubro 2001. 58-80.

.BROWN, W. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. 1ª. ed. New York: Zone Books, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, [S. l.], v. 20, n. 59, p. 97–109, 2005.

GUSSI, Alcides Fernando. Outras epistemologias e metodologias para avaliar políticas públicas: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas – MAPP da Universidade Federal do Ceará, Brasil. **AVAL - Revista Avaliação de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 169–183, 2019.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha C.; OLIVEIRA, Vanessa Elias. Burocratas de Médio Escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 65, n. 4, p. 463–492, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v65i4.562.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. D. C. **Análise Textual Discursiva**. 3ª. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

NOGUEIRA, R. M. **Os sentidos da participação no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**: Dissertação apresentada no Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. [S.l.]: [s.n.], 2022.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo De. Avaliar desde a América Latina e a Contra Hegemonia no Campo da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. Janeiro/Junho nº 15, p. 50–65, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/41547>.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL**, Fortaleza, v. v.1, n.1 (1), Jan/Jun 2008.

RODRIGUES, L. C. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. **Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL**, Fortaleza, v.2 nº16, julho/dezembro 2019. 180-206.

TATAGIBA, L. Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. Política de financiamento da educação no Brasil: uma (re)construção histórica. **Em Aberto**, [S. l.], v. 28, n. 93, p. 17–42, 2015.